

Responsabilização Política e Eleições para Governador no Brasil, 1990 a 2006

George Avelino Filho
FGV-EAESP
George.avelino@fgv.br

Leonardo Sangali Barone
FGV-EAESP
leobarone@gmail.com

Artigo preparado para o 34º Encontro ANPOCS

ST 04 Comportamento Político

Caxambú

2010

INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas as democracias na América Latina passaram por um intenso processo de descentralização e de aumento da participação dos governos subnacionais na provisão de serviços públicos. Entretanto, enquanto a descentralização tem sido um tema recorrente na literatura, a dinâmica político-eleitoral dos estados, os mecanismos de *accountability* dos governadores e os determinantes do voto nas eleições estaduais têm sido menos explorados.

De acordo com a literatura sobre voto para governador (Peltzman, 1987; Chubb, 1988; Stein, 1990; Simon, Ostrom and Marra, 1991; Atkson and Partin, 1996; Lowry, Alt and Ferree, 1998; Ebeid and Rodden, 2001; 2006; Gélneau, 2002; Gélneau and Belanger, 2003; 2005; Remmer and Gélneau, 2003; 2005; Rodden and Wibbels, 2005; Leigh and McLeish, 2008), o sucesso eleitoral de um governante estadual tem dois componentes, um local e outro nacional. Eleitores avaliam políticos nos governos locais baseados no desempenho do próprio político no estado e no desempenho de ser partido no governo nacional, particularmente se este político for membro do partido do presidente da República. Na literatura de voto econômico para os governos subnacionais, estes dois componentes estão associados, respectivamente, ao *voto econômico subnacional* e ao *voto de referendo*.

Neste artigo, os modelos de *voto econômico subnacional* e *voto de referendo* são aplicados para as eleições para governador no Brasil. Investigamos 131 eleições para os 27 estados brasileiros entre 1990 e 2006 e testamos se os eleitores responsabilizam os governadores pelos resultados na economia estadual ou nacional.

Os impactos da economia sobre as chances de reeleição dos políticos concorrendo aos cargos do Poder Executivo é um tema bastante recorrente no debate jornalístico. Os eleitores brasileiros utilizam o desempenho da economia como um dos critérios para decidir seu voto? A performance da economia nacional e do presidente na condução da política macroeconômica é, aparentemente, decisiva e presidentes que apresentam bons resultados econômicos e fiscais tendem a ser reeleitos. O mesmo vale para os governos estaduais? Tentamos responder a esta pergunta neste artigo.

Ademais, há uma série de razões que tornam o Brasil um caso interessante para se estudar a *accountability* dos governadores. Em primeiro lugar, do ponto de vista teórico, seguindo Remmer e Géliveau (2003; 2006), exploramos a aplicabilidade dos modelos de voto econômico em governos estaduais fora do contexto para o qual foram inicialmente desenvolvidos. Os modelos voto econômico foram desenvolvidos para explicar inicialmente os resultados econômicos nacionais nos Estados Unidos States (Kramer, 1971; Tufte, 1975; Fiorina, 1978; Kiewiet, 1981; Abramovitz, Segal, 1996).

Só mais recentemente esses modelos começaram a ser exaustivamente utilizados para explicar os resultados das eleições estaduais em estados federativos (Peltzman, 1987; Chubb, 1988; Stein, 1990; Simon, Ostrom and Marra, 1991; Atkson and Partin, 1996; Lowry, Alt and Ferree, 1998; Ebeid and Rodden, 2001; 2006; Géliveau, 2002; Géliveau and Belanger, 2003; 2005; Remmer and Géliveau, 2003; 2005; Rodden and Wibbels, 2005; Leigh and McLeish, 2008), mas ainda assim os Estados Unidos continuou sendo o principal foco. A resiliência de uma teoria depende dela ser capaz de ser aplicada fora do contexto para o qual ela foi originalmente desenhada.

Em segundo lugar, esses modelos foram aplicados exclusivamente a sistemas de dois partidos, onde governo e oposição podem ser facilmente identificados. No Brasil, em virtude do multipartidarismo, definir quem é o partido ou grupo que busca reeleição não é tão simples. Entre 1990 e 2006 políticos de 15 partidos diferentes venceram as eleições para governador. Neste artigo, a saída foi classificar todas as eleições para governador de 1990 até hoje de forma a tornar possível a análise dos impactos eleitorais da economia.

Mais ainda, a dinâmica política estadual é peça chave para entendermos o sistema político brasileiro. Governadores são responsáveis por mais de um terço do gasto público no Brasil e têm um papel crucial na provisão dos principais serviços ao cidadão, como saúde, educação e segurança pública. Em outras palavras, os estados brasileiros oferecem um interessante teste sobre se a descentralização atende à expectativa de aumentar a responsabilização política nos governos locais.

Do ponto de vista empírico, o Brasil é uma das maiores democracias do mundo e a maior da América Latina. Também é uma federação das mais antigas, desde 1889 no nascimento da República.

Por fim, o Brasil apresenta grande variação socioeconômica entre estados. Por exemplo, em 2003 o PIB *per capita* de São Paulo e do Distrito Federal estava em torno de US\$ 5500, semelhante ao de países como Chile e República Checa, enquanto o PIB *per capita* dos dois estados mais pobres, Piauí e Maranhão, estava em torno de US\$ 850, próximos aos de Camarões e de Guiné-Bissau.

A seguir, apresentamos os dados utilizados para a construção da pesquisas e os procedimentos metodológicos.

DADOS E MÉTODO

Os dados eleitorais para a pesquisa foram coletados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que publica os resultados para as eleições brasileiras. Dados econômicos e financeiros foram obtidos na Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN), no Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Brasil realiza eleições estaduais competitivas desde 1982, mesmo antes do fim da ditadura militar. Entretanto, decidimos não incluir as eleições anteriores a 1990 por algumas razões. Em primeiro lugar, em 1988 o Congresso Nacional promulgou uma nova Constituição e diversos aspectos da relação entre governo federal e os governos estaduais foram alteradas.

Mais importante ainda, antes das eleições de 1989 o país passou por um intenso processo de diferenciação de partidos, com o surgimento de uma série de novas legendas, algumas das quais se tornariam importantes na década de 90 e na virada do século. Sob os militares, apenas dois partidos podiam concorrer nas eleições, o partido governista ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o partido de oposição MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O sistema bipartidário imposto pelos militares foi

extinto em 1979 e o sistema pluripartidário só efetivamente se estabilizou em meados dos anos 90.

Uma das vantagens para a pesquisa comparada entre estados brasileiros é que, diferentemente de outras federações, as eleições para governador ocorrem regularmente, e, com a exceção das eleições de 1990, simultaneamente com as eleições para presidente, deputado federal, deputado estadual e senador em todos os estados. As regras eleitorais são definidas nacionalmente pelo TSE são as mesmas para todos os estados.

É muito importante lembrar que a reeleição para o Poder Executivo, seja federal, estadual ou municipal, não era permitida até as eleições de 1998. Exceto pela eleição de 2002, na qual houve a verticalização das alianças, as coligações eleitorais nacionais não restringem as coligações estaduais e os partidos são livres para negociarem regionalmente alianças entre si. Como o voto no Brasil é compulsório não há porque nos preocuparmos com os efeitos da mobilização eleitoral nos resultados das disputas para governador.

Considerando, portanto, as eleições para governador em todos os 26 estados e Distrito Federal desde 1990 temos ao todo 135 eleições. Como o Distrito Federal e três estados – Amapá, Roraima e Tocantins– não existiam ou não realizaram eleições em 1986, excluímos essas quatro observações para 1990, uma vez que não havia governador eleito por voto direto terminando o mandato neste ano.

Na maior parte dos estudos sobre voto econômico em outros países, define-se como *incumbent* o candidato que representa o partido político do governador cujo mandato está por terminar e, no caso de reeleição direta, o próprio governador. Em países bipartidários, como no Canadá ou Estados Unidos, ou em países nos quais dois grandes partidos predominam na disputa pelos cargos do executivo, a exemplo da Argentina, é possível identificar claramente qual é o partido que busca a reeleição.

Ebeid e Rodden (2006) e Rodden e Wibbels (2005), conduzindo estudos similares ao nosso em outras federações adotaram como variável dependente o percentual de votos obtidos pelo candidato do partido do governador como variável dependente. No

caso brasileiro, porém, as disputas estaduais ocorrem em um contexto multipartidário complexo e a definição da variável dependente exige um esforço maior de classificação das candidaturas.

Não são somente o número de partidos, a migração partidária e a troca de nome, divisão ou fusão dos partidos que tornam a definição do *incumbent party* tarefa complicada. A lógica das coligações eleitorais e das coalizões de governo aumenta enormemente a complexidade do cenário partidário estadual brasileiro. Quinze partidos distintos elegeram governadores de 1990 a 2006¹. Oito governadores que obtiveram mandatos consecutivos foram eleitos para o segundo mandato em um partido diferente do que foram eleitos para o primeiro. Das 131 eleições, em 40 delas o partido vitorioso na eleição anterior não apresentou nenhuma candidatura e em treze casos sequer participou de alguma coligação eleitoral de candidatos a governador.

Na pesquisa, as 131 eleições estaduais brasileiras estudadas foram classificadas nas seguintes situações²:

1. O governador concorreu à reeleição (se houve possibilidade) pelo mesmo partido pelo qual foi eleito anteriormente;
2. O governador concorreu à reeleição (se houve possibilidade) por um partido diferente daquele pelo qual foi eleito anteriormente;
3. O partido pelo qual o governador foi eleito lançou um novo candidato;
4. O partido pelo qual o governador foi eleito apoiou um candidato de outro partido, fazendo parte de sua coligação;
5. O governador apoiou um candidato de um partido que fazia parte de sua coligação eleitoral na última eleição, mas seu partido não faz parte da coligação deste candidato;
6. O governador apoiou um candidato de outro partido, mas seu partido não faz parte da coligação;

¹ PDS, PDT, PFL (DEM), PMDB, PPB (PP), PPR, PPS, PRS, PSC, PSDB, PSL, PT, PTB e PTR.

² Exceto para os casos nos quais o governador se candidatou ao fim de seu primeiro mandato sob outra

² Exceto para os casos nos quais o governador se candidatou ao fim de seu primeiro mandato sob outra legenda, foram desconsideradas as trocas de partido nessa classificação.

7. O nenhum dos candidatos é apoiado pelo governador. Infelizmente, não há dados disponíveis sobre coligações estaduais que certamente permitiria classificar as eleições estaduais de maneira mais adequada.

TABELA 1
Classificação das eleições estaduais de 1990 a 2006

	Ano					Total
	1990	1994	1998	2002	2006	
Governador concorreu à reeleição pelo mesmo partido	0	0	13	9	11	33
Governador concorreu à reeleição por outro partido	0	0	5	0	3	8
Partido pelo qual o governador foi eleito lançou candidato	14	13	5	12	6	50
Partido pelo qual o governador foi eleito entrou em coligação	6	6	2	4	4	22
Governador apoiou candidato de um partido que o havia apoiado	1	1	1	2	0	5
Governador apoiou um candidato de outro partido	2	4	1	0	3	10
Nenhum candidato é apoiado pelo governador	0	3	0	0	0	3
Total	23	27	27	27	27	131

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e do Banco de Dados Eleitorais do Brasil (IUPERJ)

Como a reeleição para cargos executivos foi proibida até as eleições de 1998, em apenas 64 das 131 eleições estaduais ocorridas entre 1990 e 2006 houve possibilidade de reeleição. Dos governadores que poderiam ter competido pela reeleição, 41 (64%) o fizeram, oito dos quais por um partido político diferente daquele pelo qual foi eleito. Em 64% dos casos o partido vencedor na eleição anterior lançou novamente candidato. Somadas, as situações nas quais o governador em fim de mandato entrou na disputa eleitoral ou o partido pelo qual foi eleito lançou candidato perfazem quase 70% dos casos observados.

TABELA 2
Classificação das eleições estaduais de 1990 a 2006

	Ano					
	1990 e 1994		1998 a 2006		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mesmo governador e/ou partido	27	54%	64	79%	91	69%
Outro Partido	23	46%	17	21%	40	31%
Total	50	100%	81	100%	131	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e do Banco de Dados Eleitorais do Brasil (IUPERJ)

Conforme a TABELA 1, acima, apenas 54% dos casos nos anos de 1990 e 1994 correspondem ao mesmo partido lançando candidatura após o término de quatro anos à frente do governo estadual. A razão para um valor tão baixo é facilmente encontrada quando se analisa caso a caso: diversos governadores mudaram de legenda ao longo de seus mandatos e, por várias vezes, o partido pelo qual foi eleito deixou de ter importância nas eleições estaduais. Conseqüentemente, os candidatos apoiados pelo governador não são do mesmo partido pelo qual este foi eleito. A partir de 1998, 79% dos candidatos são governadores buscando reeleição direta ou o mesmo partido lançando candidato. Os valores refletem a diminuição da criação de legendas e da migração de partido por parte dos governadores a partir de 1994 (com reflexos nos dados sobre 1998).

Ao lidar com o sistema partidário brasileiro, não é possível adotar os mesmos critérios utilizados por pesquisadores que estudaram países de sistema bipartidário, ou seja, não é possível pressupor que só são candidatos à reeleição aqueles lançados sob a mesma legenda do governador eleito. Em 30% dos casos, o partido vencedor na eleição anterior não lançou candidatura própria e em 10% sequer participou em alguma coligação eleitoral. Em quase todos estes casos, o candidato que representará a continuação do governo é de outro partido que não o do governador. Desconsiderar este aspecto da política brasileira traria sérios prejuízos analíticos para a pesquisa.

A definição de candidato à reeleição adotada nesta pesquisa para a construção da variável dependente REELECTION é a mais ampla possível: o candidato à reeleição é

aquele que representa a continuação do governo que termina. Inversamente, busca-se saber se houve ou não mudança de governo. O critério de determinação do candidato à reeleição é, portanto, o recebimento do apoio eleitoral do governador em fim de mandato. Em ordem de preponderância, são consideradas candidaturas de reeleição aquelas em que: o governador é o candidato ao segundo mandato; o candidato for do partido vencedor na eleição anterior; o partido vencedor na eleição anterior estiver na coligação, ainda que o candidato não seja do partido; o candidato for apoiado pelo governador. Em outras palavras, todas as observações classificadas no QUADRO 1 nas situações de 1, 2, 3, 4, 5 e 6 serão computadas como casos de tentativa de reeleição, perfazendo 128 observações. Em apenas três casos não foi possível identificar um candidato à reeleição, tal qual o critério estabelecido.

A principal razão para a adoção dessa definição é a crença de que ela é mais adequada para lidar com o contexto partidário brasileiro após a Constituição de 1988. A maioria das situações nas quais o governador não pôde permanecer por mais um mandato o partido se preocupou em lançar um sucessor. No estado da Paraíba, por exemplo, o PMDB governou de 1986 a 2002 sem que nenhum governador tenha permanecido dois mandatos.

Nas situações em que os partido vencedor na eleição precedente não apresentou candidatura, não necessariamente inexistirá um candidato plenamente identificado com a o governo que se encerra. Pelo contrário, a regra é que haja apoio explícito do governador a um dos candidatos, ainda que este apresente plataforma eleitoral que destoe das políticas de seu apoiador. Um dos exemplos mais emblemáticos é o do Rio de Janeiro nas últimas três eleições. Anthony Garotinho foi eleito governador do estado em 1998 pelo PDT. Terminou seu mandato pelo PSB, partido pelo qual foi candidato à presidência da república em 2002, e foi sucedido por sua esposa, Rosinha Garotinho, eleita também pelo PSB. Em 2003, ambos migraram para o PMDB, partido que lançou Sérgio Cabral à sucessão de Rosinha Garotinha para governo do estado em 2006. Sérgio Cabral já havia sido apoiado por Anthony e Rosinha Garotinho em 2002 quando foi eleito senador pelo Rio de Janeiro.

Há uma segunda e importante razão para a ampliação da definição de candidato à reeleição. Se fossem escolhidos apenas os casos nos quais o governador se candidata para um segundo mandato ou nos quais há continuidade partidária entre as eleições (o partido vencedor em uma eleição apresenta candidato na eleição seguinte), haveria sérios riscos de incorrer em viés de seleção. Porque alguns governadores não tentam permanecer oito anos no governo? Porque um partido no governo não lançaria um novo candidato? Sendo impossível responder a essas questões, a opção foi trabalhar na pesquisa com todas as eleições para as quais foi possível coletar dados confiáveis.

Ainda assim foram testados os resultados utilizando outras duas definições para candidato à reeleição: somente os governadores que podem se reeleger e tentam fazê-lo (totalizando 41 observações); todos os governadores que tentam se reeleger (pelo mesmo partido pelo qual foram eleitos ou não) acrescidos dos candidatos lançados pelo partido pelo qual o governador em fim de mandato foi eleito (ao todo 91 observações). De maneira geral, os resultados se mantêm quando muda o critério. As tabelas completas podem ser encontradas em Barone (2009)

Uma segunda forma de lidar com o problema seria utilizar um modelo de seleção para corrigir o viés (Heckman, 1979). Há diferenças relevantes entre os governadores que tentam reeleição e os governadores que desistem de concorrer a um segundo mandato? Não seriam os governadores a desistir da reeleição aqueles que apresentam os piores resultados de performance governamental? O modelo de seleção de Heckman (1979) corrige os estimadores pela probabilidade de viés. Esse modelo, porém, não apresenta estimadores consistentes para amostras finitas. O modelo seleção reduz o número de observações aos 64 governadores que puderam se recandidatar de 1998 a 2006, amostra de tamanho insuficiente para a utilização do modelo de seleção.

Variáveis independentes

As principais variáveis independentes são os resultados econômicos e os resultados fiscais dos governos estaduais e do governo federal no ano da eleição. Na literatura sobre voto econômico, crescimento da renda, desemprego e inflação são as medidas mais comuns de desempenho econômico. Considerando que o Brasil passou por um

período de hiperinflação recente, as taxas de inflação são potencialmente importantes para explicar os resultados eleitorais. Infelizmente, porém, os dados de inflação são coletados apenas nacionalmente e para algumas regiões metropolitanas.

Similarmente, não há medidas de desemprego coletadas nacionalmente. Nesse caso, entretanto, foi possível construir uma medida de desemprego para os estados e em anos eleitorais utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Assim, UNEMP_STATE representa a taxa de desemprego estadual para o ano da eleição e UNEMP_NATION representa a taxa de desemprego nacional para todo o país nos mesmos anos. Subtraindo UNEMP_NATION de UNEMP_STATE obtém-se UNEMP_RELATIVE, uma medida relativa do desemprego estadual.

Para calcular as taxas de crescimento da renda foram coletados dados do PIB. INCOME_STATE representa o crescimento do PIB estadual no ano da eleição e INCOME_NATION o crescimento da renda nacional nos mesmos anos. INCOME_RELATIVE é a diferença entre as duas medidas.

Todos os modelos estatísticos incluem a variável BUDGET, que representa a diferença entre as despesas orçamentárias correntes e as despesas orçamentárias correntes dos estados no ano da eleição. Também foi incluída medida da capacidade dos estados em gerar recursos próprios por meio da arrecadação de impostos, TRIBUT, que representa o percentual das receitas tributárias do estado sobre o total de receitas no ano da eleição.

Duas variáveis representam as relações partidárias do candidato a governador. A primeira, COATTAIL, indica se o candidato é membro do partido do candidato a presidente vitoriosos nas eleições simultâneas (codificada com um se for do mesmo partido e zero caso contrário). A outra variável, PRES_PARTY, indica se o candidato é membro do partido do presidente da república cujo mandato encerra naquela eleição (também codificada com um se for do mesmo partido e zero caso contrário). Por fim, a variável INCUMBENT controla os casos em que o próprio governador busca a sua reeleição. Da mesma forma que as outras, ela recebe o valor um para os casos em que o governador tenta reeleger-se e zero se o candidato é um membro do partido do

governador ou de outro partido concorrendo com o apoio do governador. As variáveis, e suas fontes, estão sintetizadas no QUADRO 1 abaixo:

QUADRO 1
Variáveis da pesquisa

Variável	Descrição	Fonte
REELECTION (Var. dependente)	1 se houve reeleição e 0 se não houve	TSE
INCUMBENT	1 se governador é candidato à reeleição; 0 se governador não é candidato	TSE
COATTAIL	1 se candidato for de um partido da coligação vitoriosa nas eleições presidenciais; 0 se for de outro partido ou eleições não coincidirem	TSE
BUDGET	Diferença entre receitas e despesas estaduais correntes sobre receitas estaduais correntes no ano da eleição	STN/MF
INCOME_STATE	Crescimento do PIB estadual no ano da eleição	IPEADATA
INCOME_NATION	Crescimento do PIB nacional no ano da eleição	IPEADATA
INCOME_RELATIVE	Diferença entre RENDA_EST e RENDA_NAC	IPEADATA
UNEMP_STATE	Desemprego estadual no ano da eleição	PNAD (IBGE)
UNEMP_NATION	Desemprego nacional no ano da eleição	PNAD (IBGE)
UNEMP_RELATIVE	Diferença entre DESEMP_EST e DESEMP_NAC	PNAD (IBGE)
PART_PRES	1 se candidato à reeleição for do partido do presidente; 0 se for de outro partido	TSE
TRIBUT	Receitas tributárias sobre receitas estaduais no ano da eleição	STN/MF

PESQUISA E RESULTADOS EMPÍRICOS

Seguindo pesquisas anteriores, segue-se um modelo simples de voto econômico subnacional. Nessa etapa, os efeitos da economia nacional sobre as eleições estaduais e assume-se que o governador é integralmente responsável pelos resultados econômicos de seu estado. Assim, temos:

$$\ln(\text{Reelection}) = \beta_0 + \beta_1 * (\text{Incumbent effect})_{ij} + \beta_2 * (\text{Coattail effect})_{ij} + \beta_3 * (\text{State budget}) + \beta_4 * (\text{Income})_{ij} + \beta_5 * (\text{Unemployment})_{ij} + \varepsilon_{ij}$$

Este modelo inclui apenas duas variáveis econômicas estaduais (UNEMP_STATE e INCOME_STATE), a variável orçamentária estadual (BUDGET) e as variáveis de controle para a presença do governador concorrendo diretamente à reeleição (INCUMBENT) e para o efeito “casaca” (COATTAIL). É esperada uma associação positiva entre desempenho da economia estadual, assim como o desempenho fiscal, e a variável dependente REELECTION. As duas medidas de desempenho econômico foram introduzidas de forma separada e em conjunto para evitar os possíveis efeitos da correlação entre elas. Infelizmente, não foi possível usar o modelo de efeito fixo, pois algumas observações seriam excluídas em virtude de colinearidade perfeita com a variável dependente (alguns estados têm somente casos de “reeleição” do governador ou dos candidatos por ele apoiado). Os resultados são apresentados na TABELA 3 abaixo:

TABELA 3
Um modelo simples de voto econômico

	I	II	III
INCUMBENT	1.336 *** (0.423)	1.328 *** (0.431)	1.328 *** (0.431)
COATTAIL	0.146 (0.653)	0.116 (0.651)	0.144 (0.653)
BUDGET	0.023 * (0.012)	0.024 ** (0.012)	0.023 * (0.012)
INCOME_STATE	0.012 (0.015)		0.012 (0.015)
UNEMP_STATE		0.018 (0.061)	0.005 (0.063)
CONSTANT	-0.750 *** (0.273)	-0.823 * (0.494)	-0.786 (0.497)
N	128	128	128

Erros-padrão em parêntesis

*** significante a 0.01; ** significante a 0.05; * significante a 0.1

OBS: variável dependente = REELECTION

Como esperado, INCUMBENT é significativa e positivo a 0.01 para todas as especificações. Isso significa que quando o governador concorre pessoalmente a reeleição a probabilidade de vitória nas eleições estaduais é aproximadamente 3,8 vezes maior do que quando o governador apóia um membro de seu próprio partido ou

de outro partido como candidato. De fato, 71,43 % dos governadores que tentaram um segundo mandato consecutivo foram eleitos.

Em contraste, COATTAIL não é significativa; não há evidência de que os candidatos a governador que fazem parte do partido vitorioso nas eleições simultâneas para presidente têm maiores probabilidades de serem eleitos. Mais ainda, nenhuma das medidas de performance econômica, crescimento da renda estadual e desemprego estadual, são significantes nas especificações acima. Por fim, governadores que terminaram seu mandato com superávit fiscal no último ano tiveram maiores chances de se reeleger ou eleger o candidato por eles apoiados, confirmando resultados anteriores de Arvate, Avelino e Tavares (2009).

Contudo, no modelo acima não se testou a hipótese da existência do voto de referendo, segundo o qual os eleitores punem ou beneficiam os candidatos a governador do partido do presidente de acordo com a performance da economia nacional. A simultaneidade entre as eleições presidenciais e de governadores torna possível que a avaliação que os eleitores fazem do governo nacional influencie o voto nas eleições para governador. Esperamos que os governadores pertencentes ao partido do presidente tenham seu desempenho eleitoral associado aos resultados econômicos estaduais.

Assim, no modelo anterior as variáveis econômicas estaduais foram substituídas pelas variáveis econômicas nacionais (UNEMP_NATION e INCOME_NATION) e pela diferença entre as medidas nacionais e as medidas estaduais (UNEMP_STATE e INCOME_STATE). Como apenas os partidários do presidente devem ser afetados pela performance da economia nacional, as variáveis econômicas nacionais foram interagidas com PRES_PARTY, que indica se o candidato é do mesmo partido do presidente. Segue abaixo o novo modelo:

$$\ln(\text{Reelection}) = \beta_0 + \beta_1 * (\text{Incumbent effect})_{ij} + \beta_2 * (\text{Coattail effect})_{ij} + \beta_3 * (\text{State budget})_{ij} + \beta_4 * (\text{Relative state income})_{ij} + \beta_5 * (\text{National income})_{ij} + \beta_6 * (\text{National income})_{ij} * (\text{Presidential party})_{ij} + \beta_7 * (\text{Presidential party})_{ij} + \epsilon_{ij}$$

Como indica a TABELA 4 abaixo, a substituição das variáveis econômicas estaduais pelas medidas de desempenho econômico nacional e relativo não altera os resultados.

As únicas duas variáveis que aparentemente explicam a reeleição de governadores são o desempenho fiscal do governo e o efeito *incumbent*. BUDGET é significativa a 0,05 e o efeito do governador busca o segundo mandato pela reeleição direta é significativa a 0,01. Nem as condições econômicas nacionais, nem as condições econômicas estaduais parecem afetar as eleições para governador no Brasil.

TABELA 4			
Voto econômico subnacional <i>versus</i> voto de referendo			
	IV	V	VI
INCUMBENT	1.388 ***	1.382 ***	1.412 ***
	(0.432)	(0.474)	(0.514)
COATTAIL	-0.170	-0.225	0.001
	(0.780)	(0.767)	(0.893)
BUDGET	0.024 **	0.025 **	0.024 **
	(0.012)	(0.012)	(0.012)
INCOME_RELATIVE	0.022		0.024
	(0.019)		(0.020)
INCOME_NATIONAL	-0.007		-0.014
	(0.029)		(0.049)
INCOME_NATIONAL (*) PRES_PARTY	0.012		0.052
	(0.078)		(0.143)
UNEMP_RELATIVE		0.026	0.044
		(0.079)	(0.083)
UNEMP_NATIONAL		-0.010	0.026
		(0.103)	(0.178)
UNEMP_NATIONAL (*) PRES_PARTY		0.007	-0.174
		(0.286)	(0.525)
PRES_PARTY	0.601	0.559	1.895
	(0.702)	-2.487	-4.038
CONSTANT	-0.827 ***	-0.696	-1.001
	(0.281)	(0.757)	-1.223
N	128	128	128

Erros-padrão em parêntesis

*** significante a 0.01; ** significante a 0.05; * significante a 0.1

OBS: variável dependente = REELECTION

Os resultados mostram que os eleitores brasileiros não utilizam as informações econômicas para decidirem seu voto para governador. Uma das possíveis razões para tanto é que o voto de referendo depende da existência de partidos nacionalizados e que os eleitores sejam capazes

de associar o partido nos vários níveis de governo. Mainwaring e Jones (2003) encontram que o Brasil é um dos países com menor nível de nacionalização de partido em comparação com as maiores democracias das Américas. Os dois únicos partidos competitivos na arena nacional desde 2004, PT e PSDB, estão entre classificados entre os onze menos nacionalizados das Américas (Jones e Mainwaring, pp.154). Aparentemente, um presidente com boa performance não ajuda os governadores de seu partido a se reeleger em virtude do baixo grau de associação entre o Executivo nacional e a candidatura para governador. De fato, Ames (1994) e Samuels (2000) argumentam que ocorre o oposto: as candidaturas nacionais dependeriam de suporte das organizações partidárias nos níveis locais para obterem êxito.

Os efeitos dos resultados da economia estadual na decisão dos eleitores também não são confirmados. Uma possível explicação para esta evidência é a de que o impacto da economia nas eleições estaduais pode não ser homogêneo para todo o país. O Brasil é um país com grande heterogeneidade em termos de estrutura econômica. Particularmente, os estados apresentam grande variedade em termos de capacidade de gerar receitas próprias a partir da arrecadação de impostos e alguns estados dependem fortemente das transferências advindas do governo federal. As diferenças entre as economias dos estados podem influenciar o grau de importância da economia.

Segundo Ebeid e Rodden (2005), as variáveis econômicas e financeiras estaduais foram interagidas com uma medida da capacidade dos estados em gerar receitas próprias (TRIBUT) – que representa o percentual da receita tributária sobre as receitas estaduais. Assim:

$$\text{Ln(Reelection)} = \beta_0 + \beta_1 * (\text{Incumbent effect})_{ij} + \beta_2 * (\text{Coattail effect})_{ij} + \beta_3 * (\text{State budget})_{ij} + \beta_4 * (\text{State budget})_{ij} * (\text{Tributes})_{ij} + \beta_5 * (\text{Tributes})_{ij} + \beta_6 * (\text{Relative state income})_{ij} + \beta_7 * (\text{Relative state income})_{ij} * (\text{Tributes})_{ij} + \beta_8 * (\text{National income})_{ij} + \beta_9 * (\text{National income})_{ij} * (\text{Presidential party})_{ij} + \beta_{10} * (\text{Presidential party})_{ij} + \epsilon_{ij}$$

Como esperado, INCUMBENT e BUDGET permanecem significantes a 0.01 e 0.05, respectivamente, em todas as especificações e com sinais positivos. A interação de BUDGET e TRIBUT têm um coeficiente pequeno e é significativa a 0.1 apenas na especificação VII. As variáveis de renda permanecem insignificantes nas duas especificações em que foram incluídas.

TABLE 5			
Voto econômico subnacional e autonomia fiscal em relação ao Governo Federal			
	VII	VIII	IX
INCUMBENT	1.408 *** (0.446)	1.897 *** (0.567)	2.085 *** (0.631)
COATTAIL	-0.254 (0.816)	-0.659 (0.895)	-0.201 -1051
BUDGET	0.089 ** (0.040)	0.085 ** (0.043)	0.086 ** (0.043)
BUDGET (*) TRIBUTE	-0.001 * (0.001)	-0.001 (0.001)	-0.001 (0.001)
TRIBUTE	-0.000 (0.013)	0.003 (0.014)	0.000 (0.015)
INCOME_RELATIVE	-0.005 (0.047)		-0.061 (0.057)
INCOME_RELATIVE (*) TRIBUTE	0.000 (0.001)		0.002 (0.001)
INCOME_NATIONAL	-0.015 (0.030)		0.012 (0.054)
INCOME_NATIONAL (*) PRES_PARTY	0.034 (0.085)		0.072 (0.153)
UNEMP_RELATIVE		-0.924 *** (0.351)	-1.096 *** (0.399)
UNEMP_RELATIVE (*) TRIBUTE		0.021 *** (0.007)	0.025 *** (0.008)
UNEMP_NATIONAL		-0.099 (0.113)	-0.121 (0.201)
UNEMP_NATIONAL (*) PRES_PARTY		0.144 (0.336)	-0.122 (0.583)
PRES_PARTY	0.534 (0.744)	-0.536 (2.960)	1319 (4.561)
CONSTANT	-0.877 (0.851)	-0.388 (1.226)	-0.191 (1.724)
N	128	128	128

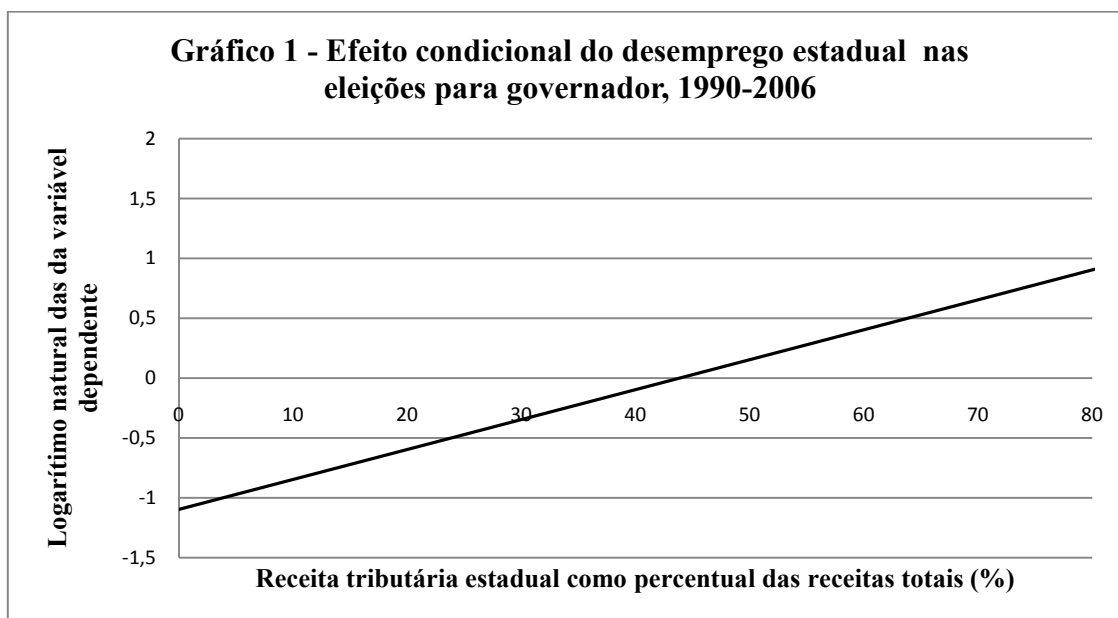
Erros-padrão em parêntesis

*** significante a 0.01; ** significante a 0.05; * significante a 0.1

OBS: variável dependente = REELECTION

Diferentemente de renda, o desemprego estadual é estaticamente significante quando em interação com a participação das receitas tributárias nas receitas correntes dos estados, a medida de autonomia fiscal em relação ao governo federal. Este resultado indica que o voto econômico subnacional contribui para explicar os resultados das eleições estaduais, mas seu impacto não homogêneo em todo o país. No GRÁFICO 1 observa-se que o impacto do

desemprego estadual nas chances de reeleição do governador ou de eleição de seu candidato é maior em estados com menos capacidade de gerar receitas próprias por meio de arrecadação (o coeficiente angular da reta foi retirado da especificação IX).



Coincidentemente, o impacto do desemprego estadual é maior em estados nos quais o emprego público representa uma parcela maior do mercado de trabalho, como Roraima, Amapá e Acre. Nesses estados, os governadores têm maiores possibilidades de influenciar as taxas de desemprego por meio do aumento do emprego público.

Para verificar se a inclusão de candidatos para além dos governadores buscando reeleição direta afetou os resultados; como teste inicial de robustez, as mesmas regressões, mantendo apenas os candidatos que se candidataram pelo partido do governador e para os governadores candidatos ao segundo mandato consecutivo, foram testadas. Os resultados das regressões limitadas a esses casos produziram resultados muito semelhantes aos apresentados no artigo.

DISCUSSÃO

Contrariamente ao que pesquisadores encontraram a respeito de outras federações, neste artigo não encontramos evidência de voto de referendo no Brasil. Uma das possíveis razões para tanto é que o voto de referendo parte do pressuposto de que os partidos políticos são nacionalizados, pois os eleitores deveriam identificar os vínculos entre os candidatos do

governo do estado e o presidente da República. Como os partidos brasileiros apresentam um baixo grau de nacionalização, o voto de referendo não explica a decisão dos eleitores nas eleições para governador.

Em lugar disso, há evidência de que os fatores econômicos locais impactam na decisão do eleitor na hora de escolher seu candidato ao governo estadual. Sobretudo os resultados fiscais dos estados parecem afetar as chances de eleição dos candidatos a governador. Entretanto, como apontam Ebeid e Rodden (2005), o voto econômico não é homogêneo entre os estados em virtude das diferenças econômicas e do grau de dependência em relação ao governo federal. A variação na taxa de desemprego estadual tem efeito nas chances de eleição dos candidatos a governador apenas nos estados com maior dependência financeira em relação ao governo central.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWITZ, Alan I.; SEGAL, Jeffrey A. (1986). *Determinants of the Outcomes of U.S. Senate Elections*. The Journal of Politics, Vol. 48, No. 2

ABRUCIO, Fernando Luiz (1998). *O ultrapresidencialismo estadual*. In ANDRADE, Regis de Castro (1998). *Processo Governativo no Município e Estado*. Edusp, São Paulo.

ABRUCIO, Fernando Luiz (2002). *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. Ed. Hucitec, São Paulo, Brasil

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (2001). *Federalismo, Democracia e Governo no Brasil: Idéias, Hipóteses e Evidências*. BIB, vol. 51, nº1

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (2005). *Recentralizando a Federação*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 24, p. 29-40

AMES, Barry (1995). *Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation*. American Journal of Political Science, Vol. 39, nº 2, pp. 406-33.

ANDRADE, Regis de Castro (1998). *Processo Governativo no Município e Estado*. Edusp, São Paulo.

ANDERSON, Christopher J. (2000). *Economic voting and political context: a comparative perspective*. Electoral Studies, v. 19 pp. 151–170

ARRETCHE, Marta (2001). *Federalismo e Democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana*. São Paulo em Perspectiva, 15(4)

ARRETCHE, Marta (2007). *The Veto Power of Sub-national Governments in Brazil: Political Institutions and Parliamentary Behavior in the Post-1988 Period*. Brazilian Political Science Review, vol. 1, nº2.

- ARVATE, Paulo Roberto; AVELINO, George; TAVARES, José A. (2008) Fiscal Conservatism in a New Democracy: "Sophisticated" versus "Naïve" voters. *Economics Letters*, 102.
- ATKESON, Lonna Rae; PARTIN, Randall W. (1995). *Economic and Referendum Voting: A Comparison of Gubernatorial and Senatorial Elections*. *American Political Science Review*, Vol. 89, No. 1
- BARONE, Leonardo Sangali (2009). *Responsabilização Política nos Estados Brasileiros: o voto econômico nas eleições para governador*. Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em Administração Pública e Governo na Fundação Getulio Vargas – São Paulo
- BRAMBOR, Thomas; CLARK, William Roberts; GOLDER, Matt (2006). *Understanding Interaction Models: Improving Empirical Analyses*. *Political Analysis*. 14: 63-82.
- BRENDER, Adi; DRAZEN, Allan(2005). *Political Business Cycle in new versus establishes democracies*. *Journal of Monetary Economics*, vol. 52
- CHUBB, John E. (1988). *Institutions, The Economy, and the Dynamics of State Elections*. *American Political Science Review*, vol. 82 (1):133-154
- EBEID, Michael; RODDEN, Jonathan (2001). *When and Where Do Economic Conditions Affect Elections: Evidence from the U.S. States*. Manuscript.
- EBEID, Michael; RODDEN, Jonathan (2006). *Economic Geography and Economic Voting: Evidence from the US States*, *British Journal of Political Science*, vol. 36 pp. 527-547
- FALLETI, Tulia G. (2005). *A Sequential Theory of Decentralization: Latin American Cases in Comparative Perspective*. *American Political Science Review*, vol. 99 (3)
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (2002). *Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária*. *Dados*, vol. 45, nº2
- FIORINA, Morris P. (1978). *Economic Retrospective Voting in American Elections: Micro-analysis*. *American Journal of Political Science*, 27:426-43.
- GÉLINEAU, François (2002). *Economic Voting in Volatile Contexts National and Subnational Politics in Latin America*. Tese de Doutorado defendida na University of New México.
- GÉLINEAU, François; BÉLANGER, Eric (2003). *Economic Voting in Canadian Federal Elections*. Paper presented at Canadian Political Science Association Halifax, 2003
- GÉLINEAU, François; BÉLANGER, Eric (2005). *Electoral Accountability in a Federal System: National and Provincial Economic Voting in Canada*. *Publius*, summer 2005: 407-424
- GÉLINEAU, François; REMMER, Karen (2005). *Political Decentralization and Electoral Accountability: The Argentine Experience, 1983–2001*. *British Journal of Political Science*, Vol 36:133-157.
- HECKMAN, James J. (1979). *Selection Bias as a Specification Error*. *Econometrica*, vol 47 (1) pp 153-151
- JONES, Mark; SANGUINETTI, Pablo; TOMMASI, Mariano (2000). *Politics, Institutions, and Fiscal Performance in a Federal System: An Analysis of the Argentine Provinces*. *Journal of Development Economics*, vol. 61:305-333

JONES, Mark P.; MELONI, Osvaldo; TOMMASI, Mariano (2007). *Voters as Fiscal Liberals*. Draft.

KIEWIET, D. Roderick. (1981). *Policy Oriented Voting in Response to Economic Issues*. American Political Science Review, 75:448-59.

KRAMER, Gerald H (1971). *Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896-1964*. American Political Science Review, Vol. 65, No. 1

LEIGH; Andrew MCLEISH, Mark (2008). *Are State Elections Affected by National Economy? Evidence from Australia*. Draft.

LEWIS-BECK, Michael S.; PALDAM, Martin (2000). *Economic voting: an introduction*. Electoral Studies, vol. 19: 113-121.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina (1995). *Partidos políticos na Câmara dos Deputados (1989-1994)*. Dados, vol. 38, nº 3, p. 497-525.

LOWRY, Robert C.; ALT, James E.; FERREE, Karen E. (1998). *Fiscal Policy Outcomes and Electoral Accountability in American States*. American Political Science Review, Vol. 92, No. 4

MAINWARING, Scott (1999). Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil. Stanford, Stanford University Press, 1999.

MOURA NETO; João Silva; MARCONI, Nelson; PALOMBO, Paulo Eduardo M.; ARVATE, Paulo Roberto (2006). *Vertical Transfers and the Appropriation of Resources by the Bureaucracy: the Case of Brazilian State Governments*

NICOLAU, Jairo (2000). *Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)*. Dados, vol. 43, nº4

PELTZMAN, Sam (1987). *Economic Conditions and Gubernatorial Elections*. The American Economic Review; May 1987; 77 (2).

PELTZMAN, Sam (1992). *Voters as Fiscal Conservatives*. Quarterly Journal of Economics. Vol. 107(2).

PIERESON, James E. (1975). *Presidential Popularity and Midterm Voting at Different Electoral Levels*. American Journal of Political Science, Vol. 19, No. 4

POWELL, Bingham; WHITTEN, Guy (1993). *A Cross National Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context*. American Journal of Political Science, vol. 37(2)

REMMER, Karen; GÉLINEAU, François (2003). *Subnational Electoral Choice: Economic and Referendum Voting in Argentina, 1983-1999*. Comparative Political Studies, vol. 36 (7)

REMMER, Karen; WIBBELS, Erik (2000). *The Subnational Politics of Economic Adjustment*. Comparative Political Studies, vol. 33 (4): 419-451

RODDEN, Jonathan (2003). *Federalism and Fiscal Bailouts in Brazil*. In RODDEN et al. (2003). *Federalism and the Challenge of Hard Budget Constraints*. Cambridge, MIT Press.

RODDEN, Jonathan (2005). *Federalismo e Descentralização em Perspectiva Comparada: sobre significados e medidas*. Revista de Sociologia Política, vol. 24:9-27

- RODDEN, Jonathan; WIBBELS, Erik (2005). *Retrospective Voting, Coattails, and Accountability in Regional Elections*. 2005 Meeting of the American Political Science Association.
- RUDOLPH, Thomas J. (2003). *Institutional Context and the Assignment of Political Responsibility*. The Journal of Politics, Vol. 65, No. 1
- SAMUELS, David; ABRUCIO, Fernando L. (2000). *Federalism and Democratic Transitions: The "New" Politics of the Governors in Brazil*. Publius, vol. 30, nº2
- SIMON, Dennis M.; OSTROM Jr., Charles W.; MARRA, Robin F. (1991). *The President, Referendum Voting, and Subnational Elections in the US*. American Political Science Review, Vol. 85, No. 4
- STEIN, Robert M. (1990). *Economic Voting for Governor and U. S. Senator: The Electoral Consequences of Federalism*. The Journal of Politics, Vol. 52, No. 1
- STEIN, Ernesto (1999). *Fiscal Decentralization and Government Size in Latin America*. Journal of Applied Economics, II(2): 357-91
- STEPAN, Alfred (1999). *Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos*. *Dados*, v. 42 nº2
- TUFTE, Edward R. (1975). *Determinants of the Outcomes of Midterm Congressional Elections*. American Political Science Review, Vol. 69, No. 3